



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

16 e 17 de julho de 2022

Notícias do Dia

Capa e Especial ND

“Madeira “made in” Santa Catarina”

Madeira “made in” Santa Catarina / Professor / Magnos Alan Vivian / Curso de Engenharia Florestal / UFSC / Campus de Curitibanos

Madeira é responsável por 20% das exportações de SC

Reportagem especial destaca toda a cadeia produtiva da indústria madeireira, um dos motores da economia catarinense.

PÁGINAS 12 A 17



Madeira “made in” Santa Catarina

Indústria é responsável por 20% das exportações do Estado por ano, atrás apenas do mercado de carnes. Empresas do setor empregam 103 mil pessoas, consolidando-se como **um dos motores da economia catarinense**

Textos: Paulo Rolemberg | Edição: Felipe Alves
Fotos: Leo Munhoz | Diagramação: Gil Jesus

Matéria-prima utilizada em diferentes tipos de mercadorias, a madeira tem papel crucial na economia catarinense. Ela está por todos os lugares: nas embalagens de papel que possibilitam que alimentos e medicamentos cheguem à casa de todos; papéis para fins sanitários, como papel higiênico e papel toalha; celulose solúvel, insumo essencial à fabricação de materiais de proteção de profissionais da saúde, além dos pisos laminados, chapas e agregados que viraram objeto de desejo nas diversas reformas residenciais que surgiram com os brasileiros que passaram a utilizar suas residências como espaço para trabalho, esporte e diversão na quarentena; e até esse jornal em suas mãos no qual você lê essa reportagem usou madeira na sua concepção.

Das árvores cultivadas também são produzidos desinfetantes, aromatizantes, espes-

santes, solventes, vernizes, colas, borracha sintética, tintas para impressão, tecidos, ceras e graxas, papéis para impressão, higiênicos, sanitários, fraldas, embalagens, móveis, pallets, caixotarias, viscoses, entre vários outros produtos que nos acompanham até a morte, como é o caso do caixão.

A madeira é um dos setores mais importantes da cadeia de produção agroindustrial de Santa Catarina. Segundo dados do Observatório da Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina), em 2021 o setor de madeiras, móveis, celulose e papel foi responsável por 20,32% das exportações do Estado, acumulando um total de R\$ 2,092 bilhões, ficando atrás apenas de alimentos e bebidas. Até junho deste ano, o setor de madeira se mantém no segundo lugar do mercado catarinense de exportação com 20,88% de participação.

RAIO-X DO SETOR MADEIREIRO EM SANTA CATARINA



O setor representa **20,32%** das exportações do Estado, com um total exportado em 2021 de R\$ 2,092 bilhões.

Fontes: Associação Catarinense de Empresas Florestais e Observatório da Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina)

FOTOS: LEO MUNHOZ/ZN



Exploração vem desde o período colonial

A atividade madeireira sempre carregou o estigma de exploradora dos recursos naturais do planeta, a grande vilã do meio ambiente. E não poderia ser diferente: a história mostra isso. O período colonial em Santa Catarina foi marcado pelo intenso uso de recursos madeireiros provenientes das formações de florestais da Mata Atlântica.

Os elevados estoques naturais de certas espécies de madeira assumiram posição de destaque no suprimento de matéria-prima que abasteceu, durante muitas décadas, o comércio madeireiro do Sul do Brasil, principalmente a madeira do pinho (araucária) largamente empregada em reparos de embarcações europeias desde a colonização do país, bem como na construção de edifícios históricos em distintos períodos e de objetos domésticos do cotidiano colonial.

“As madeiras e as serrarias estão incluídas no conjunto de edificações históricas que retratam a exploração das florestas brasileiras. Registros históricos mostram que a exploração das madeiras do pinho e das canelas perdurou até meados do século 20 por serrarias instaladas no interior de Santa Catarina. No município de Três Barras, instalou-se, em 1911, a maior serraria da América Latina – a Lumber –, para explorar as madeiras da região, dentre as quais o pinho, a imbuia, o cedro e a canela”, destaca em artigo João Carlos Ferreira Melo Júnior, professor e doutor em ecologia e conservação.

Segundo ele, durante os quase 55 anos de funcionamento, esta e outras quase 200 serrarias instaladas em Santa Catarina e no Paraná abasteceram os mercados nacional e estrangeiro com a retirada de, aproximadamente, 8,5 milhões de toneladas de madeira de pinho, a principal madeira exportada pelo Brasil, o que contribuiu, significativamente, para a devastação da floresta de araucária.



Milhares de serrarias se espalharam por SC

Durante o período colonial, houve certo controle da extração madeireira no país por parte da Coroa Portuguesa e, também, na província de Santa Catarina, o corte de madeiras apenas ocorria com a autorização da Coroa para atender à demanda dos arsenais da nação. Desta forma, até o final do século 19 não há registro da extração de madeiras no Planalto de Santa Catarina, atividade esta que se expandiu com a colonização europeia, a partir do Estado do Rio Grande do Sul e adentrou no Centro-Oeste de Santa Catarina.

Na porção litorânea de Santa Catarina, a chegada dos imigrantes alemães e italianos levou à exploração madeireira, principalmente em função da necessidade da abertura de lavouras, o que culminou na abertura de muitas serrarias que aproveitavam os rios para o transporte de madeiras e das quedas d'água para mover as serras.

João Carlos Ferreira Melo lembra que com o esgotamento dos recursos florestais registrou-se o deslocamento da atividade madeireira do Litoral para o Planalto e, deste, para o Extremo-Oeste do Estado. Somente a partir de 1920, com a instalação de maquinários capazes de desdobrar grandes toras e o surgimento de meios de transporte adequados ao carregamento da madeira, a atividade madeireira tomou impulso.

“As serrarias instaladas se dividiam em três categorias: as serrarias de pinho, que exploravam exclusivamente a madeira da araucaria angustifolia (araucariaceae); as de madeira de lei, que exploravam diferentes espécies; e as mistas, que exploravam tanto o pinho como madeiras de lei. Juntas, elas chegaram a somar 3.985 serrarias no Estado de Santa Catarina, aproximadamente, até o início da década de 1970”.



Marlene Carbinski trabalha como líder de produção de uma madeireira em Rio Negrinho



Sidnei da Silva Apolinário é um dos 103 mil empregados no setor de base florestal do Estado

Emprego e renda crescem ano a ano

O estoque total de empregos do setor de base florestal plantada no Brasil, em 2021, foi mais de mais de 664 mil vínculos. Deste total, a contribuição de Santa Catarina foi de 16% (103 mil empregos), onde a maior participação foi do segmento madeireiro, com 44% do total estadual (45 mil empregos), seguido pelo grupo de móveis de madeira (28%), celulose e papel (21%) e florestal (7%). Os empregos gerados por estes segmentos cresceram a uma taxa de 2,3% ao ano entre 2015 e 2021.

Entre eles estão Marlene Carbinski, que está há seis anos na Basttistella, onde começou como ajudante de produção. Passou pela operação de máquina e atualmente é líder de produção. “Fui batalhando e tenho crescido na empresa”, disse ela, que sustenta os três filhos, ao lado do marido. Por sinal, o esposo também trabalha no setor, mas na área de reflorestamento. Marlene disse que voltou a estudar depois de muitos anos para galgar outros postos den-

tro da empresa. “Voltei a estudar tem pouco tempo. Porque crescer aqui na empresa”, afirmou.

Não muito longe dali, Sidnei da Silva Apolinário, 23 anos de empresa, mais conhecido como “Sidão” operava uma máquina que carregava um contêiner com kits completos de componentes de madeira necessários para a montagem do pallet – plataforma usada para empilhar ou transportar materiais por meio de empilhadeiras – que seguiria com destino aos Estados Unidos.

Sidão sustenta outras três pessoas com a renda que ganha na empresa. “Minha renda é só daqui”, contou. Natural de Carambá, interior do Paraná, o operador começou como ajudante e, após um curso de qualificação na empresa, passou a operar a máquina.

A Basttistella, indústria criada em 1949 em Lages, tem 70% dos seus produtos exportados e outros 30% comercializado no mercado interno. É uma média de 170 contêineres por mês destinados a 12 países.

Avanços incluem leis de desmatamento e alternativas sustentáveis

A atividade madeireira foi, historicamente, muito presente no Sul do país. Apesar de ter contribuído com o crescimento econômico da região, promoveu a devastação de sua base de sustentação (as florestas) e extinguiu a possibilidade de se ter uma autossustentabilidade econômico-ecológica, uma vez que somente nas décadas de 1960 e 1970 surgiram leis de combate ao desmatamento.

Resgatar esse ponto negativo da história da atividade madeireira no

Estado serve para mostrar que esse passado da atividade extrativista legal e ilegal pode estar ficando para trás. Segundo o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de 2020 e 2021, o desmatamento aumentou em praticamente todos os Estados, exceto em Santa Catarina e Ceará.

Na década de 1970 ocorreram os primeiros incentivos fiscais que impulsionaram a ampliação do

reflorestamento no Brasil. Desta forma a partir destes incentivos foi possível ampliar consideravelmente os plantios florestais no país, especialmente com espécies do gênero pinus e eucalyptus. Com isso, a silvicultura – manejo de florestas plantadas – conquistou espaço, relevância e tem se mostrado uma alternativa sustentável.

Leia mais nas páginas 14, 15, 16 e 17

TUDO SE APROVEITA DO PINUS

8 cm de diâmetro para cima - Ponteira para biomassa

8 cm a 18 cm de diâmetro - Papel, celulose ou energia - queimar caldeiras, secagem da soja

18 cm a 25 cm de diâmetro - Papel e celulose

25 cm a 35 cm de diâmetro - Papel, celulose, cercas, pallets de fábricas, tábuas, compensados, molduras - produtos para exportação e mercado interno

Acima de 35 cm de diâmetro - Usos da construção civil e molduras. Livre de nó de encontro com galhos, uma madeira mais forte.

A etapa de plantio de florestas compreende as atividades de produção de árvores. É composta de subetapas de produção de mudas, preparo do solo, plantio com adubação. O pinus, por exemplo, leva em média 18 anos para ser colhido.

A etapa da colheita consiste na derrubada das árvores. Em seguida, as retiradas dos galhos e o corte do tronco em toras. Esse processo é realizado pelo Harvester, um trator derrubador, desgalhador, traçador e empilhador.

A Forwarder, um trator florestal, realiza o transporte primário por autocarregamento e descarregamento nos caminhões que seguem da fazenda para as fábricas.

Ao chegarem às fábricas, as toras costumam ficar armazenadas em grandes pátios, aguardando o início do processamento e beneficiamento.

FOTOS: LEO MUMHOZ/ND

Atividade sustentável mantém florestas conservadas e gera produtos essenciais

Com base no Relatório Anual da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), no ano de 2020, a área com florestas plantadas no Brasil atingiu 9,55 milhões de hectares, sendo que 78% desta área é com eucaliptos, 18% com pinus e 4% com outras espécies. Além disso, o setor florestal contribuiu com 6 milhões de hectares de áreas conservadas. Ainda de acordo com o IBÁ (2021), o setor gerou uma receita bruta de R\$ 116,6 bilhões (equivalente a 2,7% do PIB nacional).

Santa Catarina possui 1 milhão de hectares de plantações florestais. Ao se levar em conta uma taxa de utilização média de 60% da propriedade, em que o restante permanece como área protegida (florestas nativas), a projeção é de que a silvicultura do Estado preserve a vegetação natural em mais de 680 mil hectares.

Segundo o IMA-SC (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina), o Estado conserva o total geral de 2,2 milhões de hectares de áreas de florestas remanescentes. Levando em consideração que o setor de florestas plantadas preserva 680 mil hectares de florestas nativas, então este é responsável por pouco mais de 30% de toda a cobertura nativa do Estado.

De acordo com o Relatório Anual do IBÁ (2021), a área com florestas plantadas tem aumentado em Santa Catarina. No ano de 2020 a área total ocupada com florestas plantadas chegou a 686.872 hectares contra 642.310 hectares de 2019, aumento de quase 7%.

“O plantio de florestas, ou as chamadas florestas plantadas, são o futuro e o presente para fornecimento de madeira para a sociedade, um bem que está conosco desde

os primórdios da humanidade e que está presente no nosso cotidiano. Não se vive sem madeira, ela é essencial”, destaca o professor doutor Magnos Alan Vivian, do curso de engenharia florestal da UFSC, campus de Curitiba.

Segundo ele, não se pode confundir as florestas plantadas com desmatamento. “Desmatamento é causado pelos madeireiros ilegais, em especial na região amazônica, sendo na verdade uma ‘exploração da floresta’. Já os plantios florestais são realizados de forma planejada, com orientação técnica de engenheiros florestais, os quais são ‘manejados’, visando a obtenção dos produtos florestais, que podem ser madeireiros e não madeireiros. Assim, de forma sustentável, pode-se produzir e fornecer produtos florestais de forma continuada”, explica.

Cadeia produtiva do setor florestal de Santa Catarina

BIOMASSA FLORESTAL

Lenha, cavaco, resíduos de processamento (florestal/industrial), pellets de madeira.

POLPA DE MADEIRA

Celulose, papel e papelão.

PAINÉIS RECONSTITUÍDOS

MDF, MDP/aglomerado e chapa de fibra.

PRODUTOS DE MADEIRA SÓLIDA

Madeira serrada, laminados e compensados, madeira tratada (postes/mourões), PVA (portas, moldura, móveis de madeira, etc).

Fonte: Associação Catarinense de Empresas Florestais

Madeira tem ciclo de 18 anos

De acordo com o professor Magnos Alan Vivian, as empresas florestais utilizam geralmente áreas marginais, que não têm tanto valor agrícola, ou degradadas por outro uso, para estabelecimento dos plantios florestais. “Em média 50% de uma área de uma empresa é utilizada para plantio e produção, o restante é reserva legal e APP (Áreas de Preservação Permanente). Desta forma, pode ser considerado o empreendimento que mais conserva e segue a lei”, afirma.

“Como são atividades de ciclo longo, cerca de 18 anos, o setor é muito interessado que o ecossistema seja preservado para a gente garantir essa produção a longo prazo e qualquer coisa que a gente faça para degradar o nosso ambiente é prejudicial para nós mesmos. É por isso até que o setor sempre se preocupou, manter a característica de diminuir a erosão, por exemplo, diminuir o impacto da atividade no ambiente. De 100 anos pra cá, mudou de uma atividade extrativista para uma atividade sustentável”, reforça José Mário Ferreira, gerente florestal da RMS do Brasil e futuro presidente da ACR (Associação Catarinense de Empresas Florestais).

Caminhos para reduzir a crise climática

O Relatório sobre o Estado das Florestas no Mundo 2022 realizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) estabelece três caminhos para reduzir a crise climática e a perda de biodiversidade através de nossas florestas que podem nos ajudar a recuperar esses impactos. Para fazer isso deve-se: interromper o desmatamento, restaurar terras degradadas e expansão agroflorestal e usar de forma sustentável as florestas e a construção de cadeias de valor verdes.

As sociedades poderiam fazer melhor uso das florestas e árvores para conservar simultaneamente a biodiversidade, proporcionar melhor bem-estar humano e gerar renda, principalmente para as populações rurais, diz o relatório, argumentando que “não haverá economia saudável sem um planeta saudável”.

Mas o investimento atual em florestas fica aquém do necessário. Segundo estimativa da FAO, o financiamento para os caminhos florestais precisa triplicar até 2030 e quadruplicar até 2050 para que o mundo atinja as metas de neutralidade

do clima, da biodiversidade e da degradação da terra, com o financiamento necessário estimado para o estabelecimento e manejo florestal sozinho no valor de US\$ 203 bilhões por ano até 2050.

“Os produtos madeireiros, se sustentáveis, são altamente renováveis, reutilizáveis e recicláveis, além de capazes de gerar vários co-produtos, como os resíduos de madeira podem gerar energia; licor de celulose, podem gerar vários produtos na indústria química”, diz Thais Linhares-Juvenal, chefe da equipe de valores florestais e investimentos da FAO.

Segundo Linhares-Juvenal, a indústria madeireira em grande parte do mundo emprega, e infelizmente ainda emprega, práticas não sustentáveis. Mas existem também muitos bons exemplos de manejo de florestas naturais e plantadas. “A madeira é o produto florestal de maior valor de mercado atualmente. Se bem manejada e plantada com respeito aos solos e à biodiversidade, a madeira sustentável será um vetor para o aumento da restauração florestal, geração de renda e emprego, e proteção das florestas naturais”, avaliou.

Compromisso em todas as etapas

Segundo dados da ACR, o compromisso com a sustentabilidade ocorre em todas as etapas e os indicadores da área florestal mostram que 100% das empresas adotam alguma prática para conservação do solo e da água em suas florestas; 85% delas recuperam a vegetação natural em APPs, quando necessário, ou adotam medidas para a proteção física.

Outra prática importante é a destinação de folhas, cascas e galhos no solo após as operações de colheita - feito por 93% das empresas. Adicionalmente, 91% das empresas realizam monitoramento da erosão do solo e 93% adotam medidas para evitar processos erosivos. Outro ponto crucial da gestão da água envolve o monitoramento,

sendo os de aspectos qualitativos realizados por 86% das empresas e os de aspectos quantitativos realizados por 77%.

O dirigente da ACR lembra que o setor florestal brasileiro foi um dos principais personagens para criação de um dos certificados mais importantes da atividade florestal no mundo, que é o FSC® (Forest Stewardship Council). “Muito respeito mundialmente, tanto é que os nossos investidores (internacionais), por exemplo, pedem que a gente tenha. Tem uma auditoria independente externa que vem verificar se está cumprindo as normas ambientais, sociais, econômicas. E, desde então, o setor florestal tem sido um modelo na parte de preservação”, salienta.

BASE FLORESTAL DO ESTADO

Santa Catarina possui uma base florestal expressiva baseada principalmente em plantações florestais do pinus taeda, de alta produtividade, além de uma área representativa plantada com espécies do gênero eucaliptos. Esta base atende à demanda de matéria-prima de diversos segmentos industriais. SC, PR e RS representaram 87% dos plantios de pinus no Brasil em 2021.

Área de plantação de pinus no Sul do Brasil

PARANÁ

730 mil

HECTARES PLANTADOS (37%)

SANTA CATARINA

713 mil

HECTARES PLANTADOS (35%)

RIO GRANDE DO SUL

300 mil

HECTARES PLANTADOS (15%)

● Santa Catarina é o 2º Estado de maior área plantada com pinus no país.

● Santa Catarina é o 6º Estado com maior cultivo de eucaliptos do país, com 316 mil hectares.

● O plantio de pinus é a principal fonte de matéria-prima para a indústria madeireira e de celulose e papel em Santa Catarina.

● As regiões serrana e Oeste de Santa Catarina representam 59% do total da área plantada no Estado, seguido pelo Norte Catarinense (19%) e o Vale do Itajaí (10%).





97% da madeira que vira celulose e papel vêm do pinus

A madeira de pinus é a principal fonte de suprimento da indústria florestal do Estado, e em 2021 teve participação de 66% (17 milhões de m³). O eucalipto representou os 34% restantes (9 milhões de m³).

Os principais segmentos consumidores de tora no Estado em 2021 foram aqueles classificados como "outros usos" (indústria de produtos de madeira sólida/painéis reconstituídos), com 44% do total (12 milhões de m³), seguido pelo segmento de biomassa/lenha, com 32% do total (8,4 milhões de m³) e o setor de celulose e papel com 24% (6,2 milhões de m³).

Segundo os dados do IBGE, 97% da madeira destinada à celulose e papel em Santa Catarina foi proveniente de florestas de pinus (fibra longa). A representatividade do pinus também é predominante na indústria de madeira sólida e painéis reconstituídos, onde cerca de 80% do total de tora consumida é de pinus.

A biomassa de origem florestal é obtida a partir de material lenhoso produzido diretamente na operação florestal (lenha/madeira para fins energéticos) e, também, na forma de resíduos da transformação industrial (costaneira, serragem, etc.). A biomassa pode ser produzida e comercializada na forma bruta ou picada em cavacos.

O Estado aumentou a exportação de cavacos nos últimos anos, passando de 2 mil toneladas em 2020 para 15 mil toneladas em 2021. Os principais destinos das exportações catarinenses de cavaco foram a China (36%) e a Itália (30%).

Santa Catarina ocupa o quarto lugar na produção nacional de madeira em tora de plantações florestais

Produção diversificada atende a mercados do Brasil e do mundo

A indústria de produtos de base florestal plantada de Santa Catarina ganhou representatividade no mercado nacional e internacional. Baseado em uma diversificada pauta de produtos, o setor atende a diferentes segmentos, desde biomassa florestal, serrados, painéis de madeira, celulose e papel, e produtos de valor agregado (portas, molduras e móveis de madeira).

Santa Catarina tem importante participação no número nacional de empresas florestais, 13% do total, envolvendo 9,4 mil empresas. No Estado se sobressai o grupo formado pelas indústrias de móveis de madeira (39% do total) e do ramo madeireiro (38% do total). Este último grupo inclui serrarias, fabricantes de painéis de madeira e produtos de valor agregado (portas, artefatos, outros).

As empresas do grupo florestal re-

presentam 16% do total e são aquelas que se dedicam a atividades de apoio na silvicultura, colheita florestal, bem como a comercialização de madeira em bruto (lenha/tora/biomassa). O segmento de celulose e papel, apesar de menor participação no número de empresas, também é significativo (7% do total envolvendo aproximadamente 600 estabelecimentos). A maioria das empresas de base florestal se refere a unidades de micro, pequeno e médio porte.

A produção de madeira em tora de plantações florestais por Santa Catarina representou 11% do total do país em 2021 (27 milhões de m³), sendo o Estado o 4º maior produtor nacional. Entre 2013 e 2021, a produção total de madeira em tora de plantios florestais em Santa Catarina teve taxa de crescimento média anual de 1,1%.



Madeira de SC é usada na construção civil e em embalagens

A produção de madeira serrada de coníferas no Brasil é baseada, quase que exclusivamente, em madeira proveniente dos plantios do gênero pinus. A madeira serrada de conífera é utilizada tanto no mercado nacional como internacional na construção civil, embalagens de madeira e produtos de valor agregado.

Nos últimos 10 anos as exportações brasileiras de madeira serrada de coníferas cresceram a uma taxa média de 18%, atingindo o mais alto patamar em 2021 (3,2 milhões de m³). No referido ano, as exportações do produto representaram 4,0% da sua produção nacional. Um dos principais aspectos que influenciaram esta alta taxa de crescimento das exportações foi a desvalorização do real, principalmente após 2019. Também contribuiu para este fato a alta

demanda da construção civil nos EUA. O país foi o principal destino das exportações nacionais do produto, com 34% do total, seguido pelo México, com 20%. Por concentrarem a maior oferta de madeira de pinus no Brasil, os Estados de Santa Catarina e Paraná também detêm as principais unidades industriais de madeira serrada de coníferas no país. Santa Catarina manteve-se na liderança com 1,3 milhão de m³ de madeira serrada de coníferas no último ano.

Na última década, o valor das exportações catarinenses de madeira serrada de coníferas cresceu a uma taxa anual média de 19% e atingiu o valor máximo de US\$ 332 milhões em 2021. Neste mesmo ano, os principais destinos das exportações de serrados de pinos do Estado foram os EUA e o México (50% do total).

Exportações vão de portas a molduras e móveis

Santa Catarina tem sido o principal Estado exportador de portas, com mais de 70% do total, sendo que em 2021 exportou US\$ 324 milhões (130 mil toneladas). Mais de 80% das exportações catarinenses deste produto foram direcionadas aos EUA.

A produção de portas indica redução nos últimos 10 anos (-0,6%), sendo que em 2021 atingiu 7,6 milhões de unidades. Por outro lado, as exportações aumentaram em quantidade e valor no período, em torno de 10%. Em 2021, o valor exportado atingiu o recorde de US\$ 439 milhões (183 mil toneladas).

A retomada do crescimento econômico nos EUA no período pós-pandemia no ano passado, com aumento da demanda no setor habitacional, contribuiu para a alavancagem das exportações brasileiras no último ano. A taxa média anual de crescimento das exportações de molduras de madeira, nos últimos 10 anos, foi de 4,6%.

Já as molduras de madeira fabricadas no Brasil são baseadas em madeira de pinus. Como o Paraná e Santa Catarina concentram a maior oferta de madeira serrada de pinus, a indústria de molduras está principalmente nestes dois Estados. Em 2021, o Paraná exportou 68% do total nacional e Santa Catarina 31%. As exportações catarinenses cresce-

ram a uma taxa de 17% entre 2012 e 2021.

O valor das exportações catarinenses atingiu seu maior patamar histórico em 2021, com US\$ 115 milhões (57 mil toneladas). Deste total, 95% foram destinados aos EUA, seguido por Portugal (2%).

Em 2021, Santa Catarina foi o principal exportador de móveis de madeira (44% do total nacional). O Estado se destaca por congregar um forte setor moveleiro, sobretudo nos polos de Rio Negrinho e São Bento do Sul, no Planalto Norte. As exportações de móveis de Santa Catarina apresentaram, ao longo da última década, elevada taxa média anual (8%).

Estas exportações atingiram, em 2021, US\$ 352 milhões. Os EUA foram o principal destino das exportações catarinenses de móveis (59% do total), seguido por Reino Unido (11%) e França (4%).

“Como houve essa demanda principalmente nos Estados Unidos com a retomada deles, houve esse crescimento nas exportações. Tem toda parte da construção civil, por exemplo. As casas americanas são feitas de madeira, e isso gera uma demanda que a gente acaba suprindo. Santa Catarina tem uma base florestal bastante forte”, comenta o presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Florestal da Fiesc, Odelir Battistella.

Conservação do solo e práticas de sustentabilidade

As empresas da indústria de base florestal têm assumido o compromisso com a sustentabilidade que ocorre em todas as etapas da produção e os indicadores do setor florestal mostram que as empresas adotam práticas para conservação do solo e da água em suas áreas, segundo José Mário Ferreira, futuro presidente da ACR (Associação Catarinense de Empresas Florestais).

Dados do IBA apontam que áreas plantadas têm potencial de estoque de 4,5 milhões de toneladas de CO₂ (dióxido de carbono). Segundo a entidade, o manejo sustentável, que protege o solo e regula o fluxo hídrico e o processo fabril responsável, dão vida a milhares de bioprodutos. São itens essenciais para o dia a dia, que possuem um papel fundamental para o meio ambiente, estocando carbono.

Estima-se que as áreas florestais no Brasil possuam um potencial de estoque de 4,7 bilhões de toneladas de CO₂. Já para o Estado de Santa Catarina o estoque de carbono total é estimado em 220 milhões de toneladas CO₂, sendo que 193 milhões de toneladas de CO₂ estão em áreas de vegetação nativa.

“As árvores, além de fornecerem madeira que auxilia na questão da substituição dos materiais não renováveis, durante seu crescimento, sequestram carbono. Carbono esse que é um dos responsáveis pelo aquecimento global. O carbono, que compõe praticamente 50% da composição química da madeira, é fixado durante o processo de fotossíntese, sendo que ele se fixa na madeira, e o oxigênio é liberado”, explica o professor Magnos Alan Vivian, do curso de engenharia florestal da UFSC.

Ocupação territorial é empecilho, mas tecnologia pode ser aliada para o futuro

Para o presidente da ACR, o setor ainda tem muito a evoluir, como o melhoramento genético das árvores e da produtividade das florestas. De acordo com ele, há espaço para crescimento, no entanto, a indústria de base florestal tem como desafio o interesse pelo modelo de produção integrada sustentável, em que produção agrícola, criação de gado e manejo de florestas plantadas ocorrem em uma mesma propriedade rural. A meta é de cerca de 5 milhões de hectares. Atualmente essa área é de 2 milhões de hectares.

“Santa Catarina é um Estado que não tem mais áreas extensas inexploradas, por exemplo, como é no Norte do Brasil. Em Santa Catarina todas as áreas são ocupadas, tem alguma atividade econômica. Então, tem que ser competitivo, e para ser competitivo, você tem que oferecer uma atividade rentável tanto para o produtor rural, se quiser fazer uma parceria com ele, quanto para o investidor. Então existe esse desafio da ocupação territorial”, avaliou José Mário Ferreira.

ALTERNATIVAS

A celulose solúvel, por exemplo, já é uma realidade. O insumo tem imensa gama de aplicações, mas sua principal destinação é para a fabricação de viscoso, alternativa ao poliéster em tecidos.

A Bracell, em Lençóis Paulista (SP), expandiu o projeto Star, tornando-o flexível, cujas linhas podem produzir tanto celulose kraft quanto a solúvel. A LD Celulose, joint venture entre a austríaca Lenzing e a brasileira Dexco, também iniciou a operação de sua nova unidade, no Triângulo Mineiro, totalmente voltada para a fabricação de celulose solúvel.

A Klabin, maior exportadora de papéis do país, investiu em 2018 na startup israelense Melodea. O objetivo é utilizar a nanocelulose para substituir as barreiras de plástico ou alumínio em embalagens de leite ou sucos para torná-las mais recicláveis e biodegradáveis. Já a Suzano, outra gigante do setor de celulose e papel, está levantando uma planta comercial em parceria com a finlandesa Spinnova, para desenvolver fios têxteis a partir da celulose microfibrilada, diminuindo em até 90% o uso de água e químicos.



Com 9,4 mil empresas florestais espalhadas por Santa Catarina, Estado tem importante participação no total nacional de companhias do setor



Notícias do Dia

+ Notícias

“Embarcados na tradição da canoa”

Embarcados na tradição da canoa / Exposição Canoas de Garapuvu – as senhoras da praia / Centro de Cultura e Eventos / UFSC



Embarcados na tradição da canoa

O Espaço Expositivo do Centro de Cultura e Eventos da UFSC recebe a exposição Canoas de Garapuvu – as senhoras da praia, de Mara Freire e Ronaldo Andrade. Os fotógrafos traduzem em 22 imagens a importância da canoa de garapuvu dentro da tradição que se tornou a pesca da tainha, com o cerco realizado pelos pescadores em “Canoa-de-um-pau-só”. A mostra está aberta para visita pública até 25 de agosto, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h30.

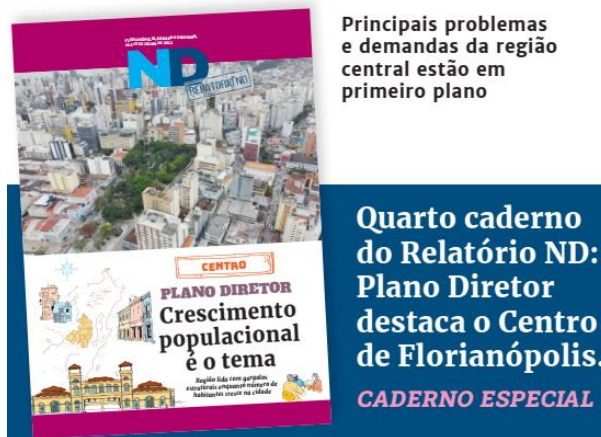
Notícias do Dia

Capa e Relatório ND

“Como as propostas de alterações no Plano Diretor podem gerar forte impacto econômico em Florianópolis”

Como as propostas de alterações no Plano Diretor podem gerar forte impacto econômico em Florianópolis / Lino Bragança Peres / Professor de Arquitetura e Urbanismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

Capa



Capa Relatório ND



Como as propostas de alterações no Plano Diretor podem gerar **forte impacto econômico em Florianópolis**

LEONARDO SOUSA/PH/10



Avenida Beira-Mar Norte, no Centro de Florianópolis

Uso misto no Centro de Florianópolis pode ter variações

As propostas de adensamento e incentivo ao uso misto são assuntos fortes nas regiões distantes do Centro, que precisam desenvolver, segundo a prefeitura, centralidade com oferta de serviços para que a população não fique “refém” dos longos deslocamentos.

Mas na região Central, qual é o cenário? A coordenadora técnica geral do IpuF, Cibele Assmann de Lorenzi, defende que o uso misto nas edificações “gera movimento na rua, ao invés de cercas, porque são fachadas vivas. E assim você cria coisas que podem gerar até o aumento da calçada, para que você possa circular”.

No entanto, ela explica que no Centro a situação é diferente em relação a outros bairros. “Este incentivo está acontecendo mais nesse sentido de comercial embaixo e residencial em cima. Mas também está previsto o oposto. Ou seja, na região Central, onde falta moradia e há áreas com muitos prédios comerciais, pode haver essa mistura”, observa a arquiteta.

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Lorenzo Dornelles

Equipe de dados

Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

Política de incentivo ao uso misto tem apoio de entidades e pode fomentar a geração de empregos; na região Central, existem ainda formas alternativas de aplicação

Um dos assuntos mais falados nos debates e propostas de revisão do Plano Diretor é o incentivo ao uso misto – que funciona, basicamente, como uma permissão para que proprietários aumentem o número de pavimentos e ocupações dos prédios caso ofereçam outros tipos de serviços na edificação, geralmente na fachada, com a oferta de uma área aberta e de livre fluxo de pessoas, dotada de arborização e espaços de convívio.

A justificativa da prefeitura envolve a criação de multi centralidades nos bairros da Capital, principalmente para promover adensamento populacional, dando condições para os moradores não precisarem de grandes deslocamentos até serviços básicos, e assim desafogar o trânsito e melhorar a mobilidade, e também conter o crescimento ‘para os lados’, o que seria favorável para o meio ambiente.

Mas, além das questões da mobilidade urbana e preservação ambiental, outro ponto crucial dessas medidas é o impacto na economia. Com a proposta de oferecer mais comércios e serviços em centros diferentes, a expectativa do município é gerar “trabalho decente” e “desenvolvimento econômico”, segundo o documento divulgado pelo IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) que explica a necessidade de revisão das diretrizes da cidade. “Garantir a segurança jurídica e o equilíbrio econômico” é um dos pilares da revisão elencados pela prefeitura, que passa diretamente por esse tipo de incentivo.

Entre as formas de fomentar este desenvolvimento econômico, as intenções do poder público envolvem “valorizar as virtudes dos bairros, buscando o desenvolvimento econômico a partir das potencialidades já existentes”; “estimular as edificações de uso misto, para qualificação da vida urbana com aumento da vitalidade e distribuição dos empregos e da policentralidade através de bairros completos” e “estimular a criação de espaços públicos através da geração de áreas de fruição pública, qualificando a relação urbana dos edifícios com as ruas”.

Proposta de incentivo ao uso misto é aprovado por entidades

Ampliar a oferta de serviços e comércios para diversos pontos da cidade é uma medida que agrada muitos setores, de acordo com representantes de entidades da Capital.

O Grupo ND procurou organizações das mais variadas áreas, e questionou sobre os pontos de mudanças que defendem com mais veemência. O incentivo ao uso misto foi uma das medidas mais mencionadas.

No setor comercial, o presidente da Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) defendeu um plano que indique o desenvolvimento da cidade com critérios.

“É necessário que a gente permita o multiuso de um mesmo imóvel. O mundo muda muito rápido e a necessidade de adaptação é urgente. Os incentivos propostos são muito importantes para aumentar a densidade das áreas urbanas, frisando a necessidade de infraestrutura de saneamento básico e mobilidade, por exemplo. Ao permiti-la, oportunizará que residências sejam melhor aproveitadas, com custo reduzido, contribuindo para a queda do valor de habitações sociais” afirmou Rodrigo Rossoni.

A proposta também é defendida por entidades de outras áreas, como por exemplo a AsBEA/SC (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura).

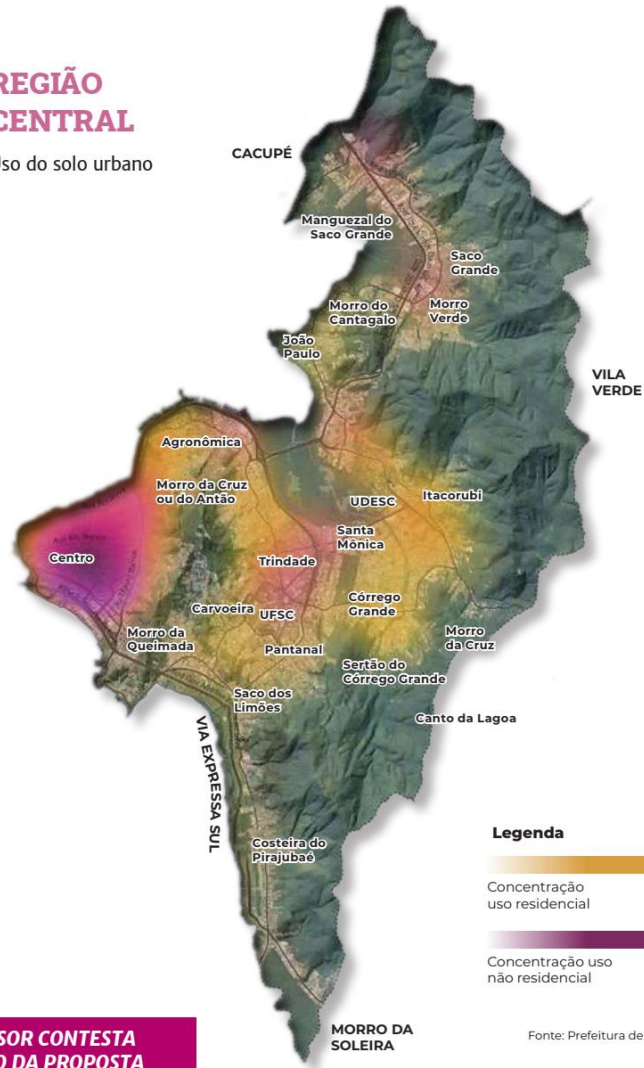
“A atual gestão defende com mais destaque o aumento de incentivos ao uso misto e fruição pública, que ajudam a viabilizar uma cidade interessante, viva e segura”, disse o presidente da associação, Ronaldo Martins.

O presidente do Crea/SC (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina), Carlos Alberto Kita Xavier, destaca a necessidade de mudança de paradigma visando medidas menos restritivas, concordando com a compensação em benefício da sociedade e do meio ambiente. “Uma legislação norteada por esta visão permitiria o desenvolvimento da cidade de forma planejada e orientada pelo conhecimento. O melhor caminho a seguir é trabalhar por empreendimentos sustentáveis, possíveis através de tecnologias avançadas, que utilizam os recursos de forma a reduzir os impactos ambientais, potencializando a viabilidade econômica e proporcionando qualidade de vida para as gerações atuais e futuras”, disse o engenheiro civil.

Na área da tecnologia, o tema também é mencionado. “Precisamos adensar de forma organizada, respeitando o perfil de cada bairro, tornando-os multiusos, com moradia, lazer, serviços, compras e trabalho a alguns passos de casa. Esse é o novo estilo de qualidade de vida mais sustentável e que também pode reduzir custos em investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana e serviços básicos (água, saneamento, energia, comunicação, saúde, educação etc.). Além de proteger a natureza de nossa bela cidade de uma expansão horizontal ou não planejada”, pontuou Gerson Schmitt, diretor do polo de TI (Tecnologia da Informação) da Grande Florianópolis da ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia).

REGIÃO CENTRAL

Uso do solo urbano



Legenda

Concentração uso residencial

Concentração uso não residencial

Fonte: Prefeitura de Florianópolis

PROFESSOR CONTESTA MODELO DA PROPOSTA

O professor de arquitetura e urbanismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Lino Bragança Peres, enxerga que a criação de centralidades tem intuítos positivos, mas não tem otimismo na medida proposta pela prefeitura.

“Fundamentalmente o modelo está concentrado em empregos na Capital e na grande Florianópolis, e grande parte dos moradores estão concentrados na parte periférica, e a cidade exclui esses moradores”, observa.

Para Lino Peres, a medida apresenta alguns defeitos. “Ele

gera uma explosão imobiliária nos bairros, porque eles querem aumentar os gabaritos. Isso é uma meia verdade: primeiro que os empregos locais não se estimulam sem garantias, o modelo é altamente concentrador. É muito boa a ideia, o problema é como fazer”.

O professor de Arquitetura e Urbanismo teme que “o remédio vire um veneno”, caso os incentivos dados aos proprietários de prédios utilizem de forma irresponsável as compensações permitidas.

“Ela pode fomentar a concentração imobiliária

e expulsar ainda mais a população de baixa renda. Hoje já está acontecendo uma verdadeira guerra, falta fiscalização. O diagnóstico é bonito, mas é incompleto”.

Outro ponto de preocupação mencionado pelo profissional é a falta de apresentação de estudos para mais creches, postos de saúde e outras estruturas fundamentais para comportar um significativo aumento populacional nos bairros.

“É uma ilusão de que o empresário vai fazer aquilo que é responsabilidade da prefeitura”, critica.

Notícias do Dia

Capa e Relatório ND

Cidade parada: os desafios para conter deslocamentos para o Centro e desafogar trânsito caótico”

Cidade parada: os desafios para conter deslocamentos para o Centro e desafogar trânsito caótico / Mobilidade / Transporte coletivo / Plano Diretor / Multicentralidades / Adensamento populacional / Lino Bragança Peres / Professor de Arquitetura e Urbanismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

Cidade parada: os desafios para conter deslocamentos para o Centro e desafogar trânsito caótico

Moradores de todas as regiões lidam diariamente com filas nas vias que ligam os bairros com a região Central; propostas de alteração resolvem o problema?

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Lorenzo Dornelles
Equipe de dados

Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

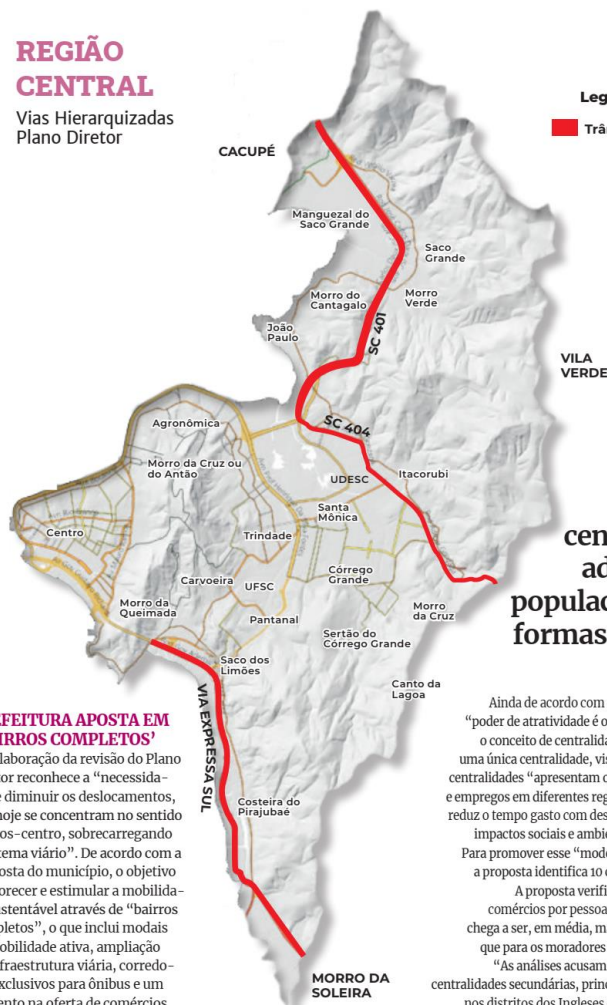
Quem transita diariamente entre o Centro de Florianópolis e qualquer outra região da cidade, já está acostumado a lidar com longas filas e horas no trânsito. Não importa se o deslocamento é em relação ao Sul da Ilha, Norte, Leste ou Continente, as vias principais que ligam as áreas com o Centro da cidade constantemente lidam com uma movimentação intensa.

Cidade de alta procura turística, esses problemas de mobilidade urbana em Florianópolis se multiplicam durante a temporada de verão, mas o aumento de moradores fixos no município já ocasiona uma situação alarmante mesmo fora do período de verão.

Corrigir a mobilidade é uma das principais urgências relatadas pela própria prefeitura na proposta de revisão do Plano Diretor. “Criar condições para uma mobilidade sustentável” é mencionado como um pilar da revisão, e promove intensos debates entre a sociedade.

REGIÃO CENTRAL

Vias Hierarquizadas Plano Diretor



Legenda

Trânsito Rápido

Multi centralidades e adensamento populacional como formas para aliviar o trânsito

Ainda de acordo com o diagnóstico da prefeitura, “poder de atratividade é o termo chave para entender o conceito de centralidade urbana”. A ideia é evitar uma única centralidade, visto que “cidades com várias centralidades “apresentam opções de compras, serviços e empregos em diferentes regiões de seu território, o que reduz o tempo gasto com deslocamento e reduz todos os impactos sociais e ambientais consequentes disso”. Para promover esse “modelo ideal” em Florianópolis, a proposta identifica 10 centralidades no município.

A proposta verifica que a oferta de serviços e comércios por pessoa residente na região Central chega a ser, em média, mais que duas vezes maior do que para os moradores de distritos mais afastados.

“As análises acusam o surgimento de potenciais centralidades secundárias, principalmente na região Norte, nos distritos dos Ingleses e de Canasvieiras, na região Central, próximo aos bairros Trindade, Santa Mônica e Saco Grande e também, com um pouco menos de peso, na região Sul, distrito do Campeche”, aponta o documento.

PREFEITURA APOSTA EM ‘BAIRROS COMPLETOS’

A elaboração da revisão do Plano Diretor reconhece a “necessidade de diminuir os deslocamentos, que hoje se concentram no sentido bairros-centro, sobrecarregando o sistema viário”. De acordo com a proposta do município, o objetivo é favorecer e estimular a mobilidade sustentável através de “bairros completos”, o que inclui modais de mobilidade ativa, ampliação de infraestrutura viária, corredores exclusivos para ônibus e um aumento na oferta de comércios e serviços nos bairros, para evitar que longos deslocamentos sejam necessários para os moradores.

Professor teme que “remédio vire veneno”

O professor de arquitetura e urbanismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Lino Bragança Peres, afirma que concorda com o intuito da proposta, mas teme a sua execução no município.

“O tempo de deslocamento de um morador de Florianópolis é muito grande, mesmo comparado com cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que são muito maiores. A ideia em si, de promover bairros completos, é importante. Mas o modelo de fundo está distorcido”, diz.

Segundo ele, a mobilidade urbana deve ser pensada com uma visão metropolitana, e não municipal. “O modelo está concentrado em empregos na Capital e na grande Florianópolis, e grande parte dos moradores estão concentrados na parte periférica. Assim, a cidade exclui esses moradores”, observa.

O professor de Arquitetura e Urbanismo teme alguns pontos da medida.

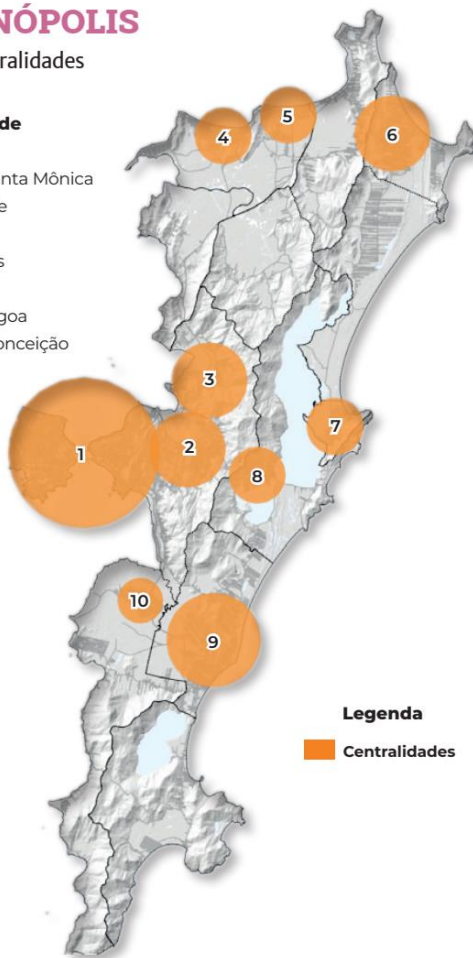
“Ela pode fomentar a concentração imobiliária e expulsar ainda mais a população de baixa renda. Hoje já está acontecendo uma verdadeira guerra, falta fiscalização. O diagnóstico é bonito, mas é incompleto”.

FLORIANÓPOLIS

Escala de Centralidades

Id Centralidade

- 1 Centro
- 2 Trindade/Santa Mônica
- 3 Saco Grande
- 4 Jurere
- 5 Canasvieiras
- 6 Ingleses
- 7 Barra da Lagoa
- 8 Lagoa da Conceição
- 9 Campeche
- 10 Aeroporto



Legenda

Centralidades

E quais seriam as soluções para o sistema de transporte coletivo?

Lino Peres é enfático ao listar uma série de medidas que deveriam ser adotadas “para ontem” em Florianópolis.

“Corredor de ônibus. A prefeitura começou a abrir na rua Deputado Antônio Edu Vieira, mas está parado até agora. Tem que implantar na Ilha inteira”.

Outra medida mencionada são ônibus circulares, interligados com a região metropolitana.

Além disso, o professor destaca que o sistema de transporte deve ser implementado de forma combinada com outras alternativas.

“O transporte marítimo, que é uma novela de 40 anos. Vão fazer uma marina na Beira-Mar, que só vai afogar o trânsito e não é público”.

Peres ressalta ainda a necessidade de avanços na questão das ciclovias no município. “Eu concordo com as iniciativas da prefeitura neste sentido, mas está tímido. São necessárias mais ciclovias e não apenas para passeio, mas para trabalho mesmo”.

Ele critica o modelo atual de Florianópolis, que “foi desenhado para os carros, e não deveria ser. O transporte coletivo, assim como as bicicletas, têm que ser priorizados. Florianópolis tem o pior sistema viário do país. Aumenta o número de carros e a rua não muda. O planejamento aqui não dá para copiar de Curitiba nem de Barcelona. Isso aqui é um planejamento muito específico, muito próprio”, conclui.

O QUE DIZEM AS PROPOSTAS DO PLANO DIRETOR

CICLOVIAS

A prefeitura destaca que o incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte é uma diretriz da política nacional de mobilidade e do Plano Diretor da cidade. Ainda conforme o diagnóstico, a região Central tem uma necessidade maior ainda da inclusão dessa alternativa ao tráfego.

Segundo os dados divulgados pelo IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), a região tem 64,14 km de malha total, sendo 16,42 km de ciclofaixas, 23,74 km de ciclorrotas, e 23,98 km de ciclovias.

O programa de políticas voltadas para esse incentivo na Capital é o +Pedal, da prefeitura. A proposta de revisão reitera que “faz-se necessário dar continuidade à ampliação da malha cicloviária, complementando conexões que ainda ofereçam dificuldades ou configurem barreiras ao uso da bicicleta”.

TRANSPORTE COLETIVO

As informações divulgadas pelo IpuF mostram que o Ticen (Terminal de Integração do Centro) recebe mais de 4 mil viagens por dia, considerando apenas as do transporte urbano municipal. “O sistema de transporte coletivo não apresenta integração entre os sistemas municipal e intermunicipal, o que contribui para a concentração de viagens no TICEN e sobrecarrega o sistema viário da região, onde uma série de linhas intermunicipais concorrem com linhas municipais continentais”, critica a proposta de revisão.

A análise reconhece que “o transporte coletivo na região apresenta boa capilaridade, contudo carece de priorização frente aos Transporte Coletivo modos motorizados individuais, o que causa atrasos nas viagens e problemas de sincronização do sistema”.

Segundo a proposta de alteração do Plano Diretor, mediante a progressão do crescimento populacional de Florianópolis, a solução deverá passar pela otimização da capacidade de fluxo das principais vias, que será efetivada com a implantação do sistema BRT, com faixas exclusivas para o transporte coletivo

Notícias do Dia

Capa e Relatório ND

“O que está em debate (Centro)”

O que está em debate (Centro) / Plano Diretor / Verticalização / Adensamento / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina



O QUE ESTÁ EM DEBATE?

CENTRO

O aumento populacional e problemas estruturais consequentes da verticalização e adensamento proposto pela revisão do Plano Diretor é o ponto principal de discussões na região Central de Florianópolis

SANTA MÔNICA

A mobilidade urbana é ponto de preocupação no bairro, que pede mais infraestrutura e planejamentos. A comunidade sugere melhorias nas vias de Santa Mônica, que tem proposta para alargamentos e mudanças de dinâmica.



Alterações da revisão do Plano Diretor no zoneamento possibilita construções de até oito pavimentos em Santa Mônica, bairro que conta com muitas residências. Segundo a associação, a maioria dos moradores foi contrária ao aumento, mas a proposta agrada outros setores, como empresários.

Além disso, o bairro também poderá receber a construção de apartamentos de até oito andares, por conta da alteração do zoneamento do Plano Diretor

PERFIL DOS BAIROS DO CENTRO

Centro
Bairro mais antigo da cidade e um dos principais pontos turísticos, o Centro concentra uma grande quantidade de prédios residenciais, empresariais e grande variedade de comércio e serviços. A ponte Hercílio Luz e o Centro Histórico com o Mercado Público e Praça XV são alguns dos locais mais visitados da Capital.

José Mendes
O menor bairro de Florianópolis em extensão territorial já foi um

ponto importante de acesso ao Sul da Ilha, mas perdeu sua força comercial após a construção do túnel Antonieta de Barros. Hoje em dia é caracterizado como um bairro residencial, nas margens do canal da Baía Sul, ponto que oferece belas vistas da cidade.

Agrônômica
Bairro de muitas residências e condomínios nobres - inclusive a Casa d'Agrônômica, residência oficial do governador. Além disso, é sede de órgãos importantes,

como OAB, Polícia Federal e Ministério Público. Importantes hospitais e pontos comerciais também se espalham pela localidade.

Trindade
Um dos bairros mais populosos de Florianópolis, possui uma movimentação muito intensa durante todo o ano, como sede da UFSC. Isso impulsiona a construção civil, pela alta procura universitária, além do forte comércio local e a agitada vida noturna com bares e festas.



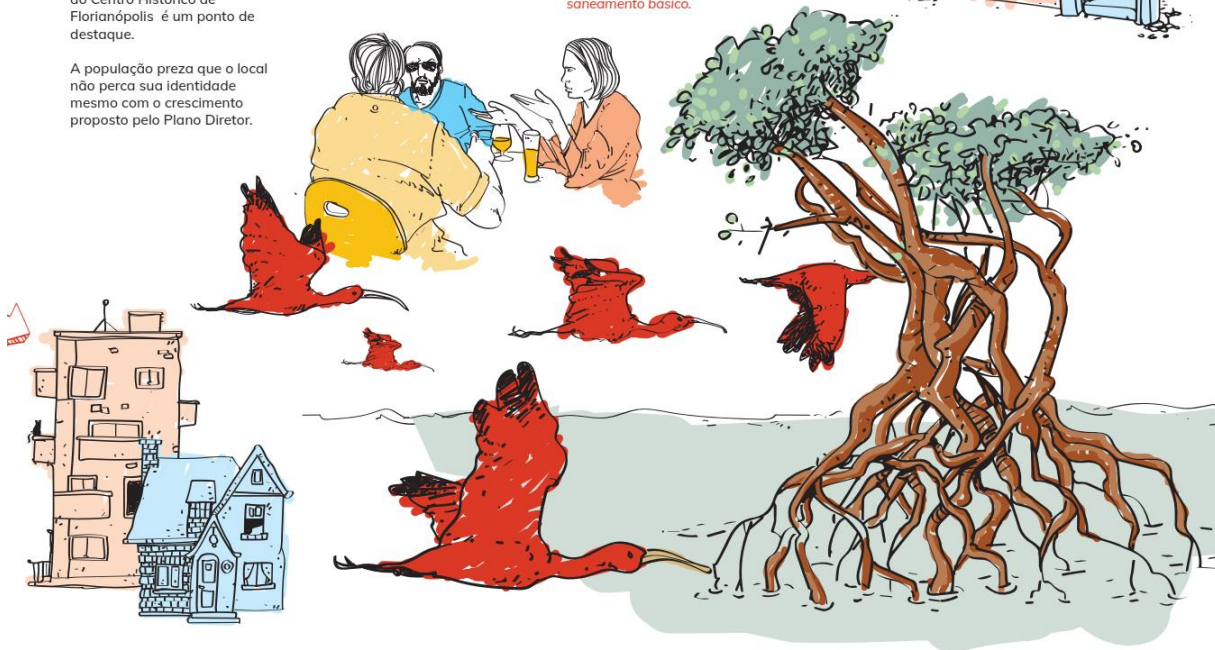


CENTRO

A preservação dos patrimônios do Centro Histórico de Florianópolis é um ponto de destaque.

A população preza que o local não perca sua identidade mesmo com o crescimento proposto pelo Plano Diretor.

! O adensamento e verticalização divide opiniões no Centro de Florianópolis. A oportunidade de mais moradias - incluindo habitações sociais - e geração de empregos são pontos positivos, mas também traz o alerta para o acúmulo de pessoas, necessidades de áreas verdes e suporte estrutural como mobilidade e saneamento básico.



● Santa Mônica

As ruas planas e urbanizadas de Santa Mônica são procuradas por muitos moradores de classe média alta pela oferta de vida tranquila e ao mesmo tempo ativa, com muitas opções gastronômicas e comerciais, principalmente na avenida Madre Benvenuta, que conta com diversos bares, restaurantes e o shopping Villa Romana. Além da proximidade com a UFSC, o bairro também abriga o campus da Udesc.

● Pantanal

Marcado por muita procura pela proximidade com a UFSC, o bairro também conta com a presença de empresas importantes. Com isso, possui grande variedade de prédios e condomínios universitários, com a presença de bares, mercados e padarias.

● Córrego Grande

Com grande crescimento nos últimos anos, conta oficialmente com a presença de um campus da UFSC e possui grande procura

universitária. Além disso, o Parque Ecológico do Córrego Grande e a Cachoeira do Poço são ótimas opções turísticas.

● Itacorubi

Mais um bairro contemplado com um campus da Universidade Federal, Itacorubi conta ainda com órgãos importantes do governo do Estado concentrados em sua região, importantes hospitais de referência e centros de tecnologia. A boa localização e infraestrutura são alvos de procura de muitos moradores.

● Monte Verde

Localizado em um ponto de acesso do Centro ao Norte da Ilha, caracteriza-se por pequenas áreas residenciais, sem tanta força comercial. O bairro possui ainda muitas áreas verdes, com trilhas e atrações naturais.

● João Paulo

Localizado em um 'desvio' da SC-401 e separado por um morro da movimentada rodovia, o bairro é um reduto de tranquilidade à beira-mar, caracterizado pela forte presença residencial de alto

padrão. Também conta com uma boa presença de comércio e serviços essenciais.

● Saco Grande

O bairro central mais próximo dos balneários do Norte da Ilha é caracterizado pela força de serviços dispostos na SC-401. Os grandes empreendimentos às margens da rodovia, desde universidade a prédios de governo, contando ainda com shopping e centros comerciais, ofereceram grande crescimento do bairro nos últimos anos.

Notícias do Dia

Capa e Relatório ND

“Capacidade de suporte de saneamento básico na região Central preocupa moradores”

Capacidade de suporte de saneamento básico na região Central preocupa moradores / Plano Diretor / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

Capacidade de suporte de *saneamento básico na região* Central preocupa moradores



Beira-mar continental, no bairro Estreito

Medo é que investimento em infraestrutura não acompanhe crescimento vertiginoso da população nos bairros

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Heloísa Marques

Equipe de dados

Lorenzo Dornelles e Vanessa da Rocha

A história do saneamento básico em Florianópolis começa no Centro da cidade. Mais especificamente na avenida Hercílio Luz. Para quem chegou na Capital há menos de dez anos, a paisagem parece ter sido sempre a mesma, com o calçadão com mesas de bares e ciclovia. Mas, na verdade, nem sempre foi assim. É ali mesmo que passa um importante rio da cidade, que já foi responsável inclusive pelo abastecimento de água de boa parte da população: o rio da Bulha. Décadas se passaram e o rio passou de água potável para esgotar o céu aberto, até que finalmente virou

uma espécie de subsolo da avenida. Com o crescimento desenfreado de Florianópolis, as demandas relacionadas ao saneamento também aumentam progressivamente, para além da capacidade permitida da infraestrutura existente.

O Centro de Florianópolis é, possivelmente, a região que cresce desde a fundação da cidade. Muitos moradores quando pensam na questão do Plano Diretor e na possibilidade de aumento no número de moradores, se preocupam com a capacidade da infraestrutura da cidade de atender toda a demanda populacional. Dentro desses temores, um se diz respeito à dificuldade histórica que a cidade tem ao lidar com a questão do saneamento básico.

No mês de abril, em um intervalo de menos de 15 dias, duas adutoras se romperam na região central de Florianópolis. O primeiro rompimento provocou a interdição da avenida Governador

Gustavo Richard, principal via de acesso à ponte Colombo Salles. Foi um dia de caos no trânsito. O segundo rompimento ocorreu na rua Lauro Linhares, principal do bairro Trindade e que dá acesso à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Neste evento a água invadiu garagens de prédios e deixou moradores sem luz e água. Os acontecimentos acabam justificando essa sensação dos moradores de que a cidade não está dando conta de crescer tão rapidamente.

Apesar das movimentações da prefeitura e da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), demandas ainda não dão conta de atender casas e fiscalizar ligações irregulares, que crescem junto com os bairros. Nos últimos anos, a Casan realizou obras para instalar Uras (unidades de recuperação ambiental) para começar o longo processo de depoluição da Baía Norte da Ilha de Santa Catarina. Toda a



ANDERSON COLIBOY/ARQUIVOMIO



O adensamento pode ocorrer em áreas que não contam com infraestrutura, sem um tecido urbano preparado, como as regiões do Campeche e Rio Tavares.”

GUSTAVO ANDRADE, arquiteto



São 100 anos de esgoto despejado no mar. Vai levar anos para que esse lodo seja tratado pela natureza.”

JOEL HORSTMAN, diretor de operação da Casan

Para Beira-Mar Norte ter balneabilidade vai levar tempo

Quando surgiu a notícia de que o mar localizado na Beira-Mar Norte seria despoluído, muitas pessoas acreditaram e sonharam com a ideia de mergulhar no local. E este, provavelmente, ainda é um sonho bem distante. Isso porque não era o foco das obras, e porque, sem uma ação direta de limpeza dos materiais orgânicos e lixo que estão no fundo do mar, a plaquinha de “Própria para banho” não vai acontecer tão cedo. “São 100 anos de esgoto despejado no mar. Vai levar anos para que esse lodo seja tratado pela natureza. O trabalho da Casan foi concluído, o que precisa ser feito agora, se há interesse em balneabilidade, seria uma limpeza de fundo do mar” explica Pedro Joel Horstman, diretor de operação e expansão da companhia.

ação conectou centenas de ligações irregulares ao encanamento correto, e a Casan ainda identifica esgotos conectados, irregularmente, ao sistema de drenagem, o que exige que, nos sistemas de encanamento que recebem a água da chuva.

O que é uma preocupação para moradores, para a prefeitura parece ser parte da solução. Em relação a esse problema, o secretário de Mobilidade Urbana e Planejamento, Michel Mittmann, comenta que a dúvida é “quanto e como será investido para fazer” e fala que focar em um crescimento ordenado pode facilitar um acesso mais amplo ao saneamento básico. “Como as áreas estão crescendo sem planejamento, muitos locais não possuem sistema de esgoto regular. Por isso, o Plano Diretor busca trazer oportunidades de crescimento de bairros, com mais regularidade no sistema de esgoto. Como também é muito caro, precisamos do adensamento justamente para isso”, completa.

Números do saneamento básico em Florianópolis

ESGOTO

Cobertura de rede de esgoto: De acordo com dados de 2021 do SNIS (Sistema Nacional de Informações do Saneamento), Florianópolis tem **57,84%** de cobertura de rede coletora de esgoto. Segundo a Casan, o índice atual está em **68%**.

COLETA DE ESGOTO:

100%

ÁGUA

Abastecimento – 100%
Perdas na distribuição – 43,85%.
 Neste indicador de eficiência, Florianópolis apresenta mais perdas do que a média nacional, que é de **40,14%**.

MANEJO DE RESÍDUOS

Cobertura de coleta de lixo – 100%
Reciclagem do total de lixo coletado – *10%
 *(conforme secretário municipal do meio ambiente)

DRENAGEM URBANA

Taxa de pavimentação

94,10%



Notícias do Dia

Capa e Relatório ND

“Adensar vai levar a mais circulação”: Professor contesta propostas para o Plano Diretor”

“Adensar vai levar a mais circulação”: Professor contesta propostas para o Plano Diretor / Mobilidade urbana / Elson Manoel Pereira / Professor de Planejamento Urbano / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

“Adensar vai levar a mais circulação”: Professor contesta propostas para o Plano Diretor

Mestre em Administração, doutor em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e pós-doutor em Geografia Urbana, **Elson Manoel Pereira** comenta sobre pontos cruciais da revisão do Plano Diretor de Florianópolis.



Texto
Lorenzo Dornelles
Equipe de dados
Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

A revisão do Plano Diretor provoca debates nos mais variados setores da sociedade. O professor de Planejamento Urbano da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Elson

Manoel Pereira, que é referência no assunto, faz ressalvas às propostas do município e sugere uma série de ações que devem ser tomadas com urgência em Florianópolis. Ele considera fundamental a elaboração de um plano eficiente de mobilidade urbana enquanto se pensa em adensar a população da cidade. Elson fala ainda sobre os desafios nas questões ambientais e de saneamento básico da cidade, a valorização cultural e paisagística, além dos graves problemas de regularização fundiária da Capital catarinense.

A proposta de adensar a população, promovendo mais centralidades nos bairros, é uma boa solução para a mobilidade urbana de Florianópolis?

“Há uma falácia na proposta de alteração do Plano Diretor que o aumento da densidade, com uso misto, nos bairros vai resultar em menos deslocamentos. A lógica da localização das pessoas, dos empregos e escolas particulares não funcionam apenas pelas escolhas das pessoas; há fatores, principalmente econômicos, que influenciam. É verdade que as cidades que estão num nível mais desenvolvido de urbanismo, têm procurado cada vez mais adensar seus territórios, mas são cidades concêntricas, sem vazios urbanos. Florianópolis é multicêntrica com grandes áreas vazias; adensar o sul e o norte vai levar a mais circulação entre essas áreas e o centro.

Precisamos planejar a partir da ideia do POT (Planejamento Orientado pelo Transporte), onde o sistema de transporte coletivo de massa orienta as áreas passíveis de ocupação e de maior adensamento. O PLAMUS é o único plano metropolitano de mobilidade existente, e mesmo não sendo perfeito, precisa ser assumido de maneira metropolitana. Só depois de um sistema de transporte de massa implantado deveria se pensar no aumento da densidade”.

Carências no saneamento básico e ameaças ambientais são grandes gargalos e desafios para Florianópolis. Que tipo de ações podem solucionar essa situação?

“Essas duas questões caminham juntas. A administração municipal

deveria cobrar da Casan a cobertura de 100% da rede de coleta e tratamento de esgoto, além de um programa rígido e eficaz de exigência de ligação na rede esgoto e punição para ligações de efluentes de esgoto nas redes pluviais e nos cursos d’água. Isto deveria ser prioridade para uma cidade que vive, em grande parte, do turismo de praia. Além disso, as soluções de tratamento precisam minimizar riscos para evitar catástrofes como a que aconteceu na Lagoa da Conceição. Precisa-se evitar áreas frágeis e grandes tratamentos centralizados. Tratamentos locais, apesar de serem mais caros, têm menos repercussão ambiental e precisam ser valorizados. Outra exigência, é que a rede e o tratamento de efluentes de esgotos precisam preceder a ocupação do território e seu adensamento. Infelizmente a proposta da prefeitura de alteração do plano diretor fragiliza a legislação em termos de áreas de proteção. Os periódicos relatórios sobre a balneabilidade das praias não têm servido para o desenvolvimento de Políticas Públicas e o número de praias impróprias tem aumentado. Florianópolis também carece de um plano de macrodrenagem que inclui os rios e demais cursos d’água do município”.

Existe um temor em relação à descaracterização do patrimônio histórico e cultural da cidade? Por quê?

“Florianópolis, nos anos 1980, teve um grande avanço em seu patrimônio Histórico e Cultural.



“**A proposta da prefeitura de regularização fundiária tem caráter genérico e não é apenas para população de baixa renda. Precisa ser melhor estudada”**

Muito em função dos técnicos do IPUF e de seu setor de proteção do patrimônio. Infelizmente o órgão de planejamento do município tem sido enfraquecido pelas diversas administrações municipais desde o início deste século. Há uma falsa dicotomia entre desenvolvimento e proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural. O episódio da retirada dos

paralelepípedos do centro histórico é um bom exemplo disto. Mas já perdemos muito e continuamos perdendo devido a uma visão tacanha: projetos de Oscar Niemeyer em Jurerê; projeto de Burtel Marx no aterro; casarões açorianos etc. A própria restauração da Ponte Hercílio Luz não mereceria um museu? Quero chamar atenção também para o patrimônio paisagístico de Florianópolis: o direito de observar a paisagem. As novas construções têm impedido cada vez mais este direito”.

Como resolver o problema de regularização fundiária na Capital?

O Estatuto da Cidade, lei 10257/2001, previu a possibilidade de regularização fundiária para áreas de até 250 m² para áreas privadas ocupadas há mais de cinco anos, sem reclamação de reintegração de posse na justiça. A intenção era de regularizar ocupações, principalmente favelas, nas metrópoles e através de investimento público, integrar essas áreas à cidade formal e assim resolver o problema habitacional brasileiro que tem um déficit de quase 7 milhões de moradias. A proposta da prefeitura de regularização fundiária tem caráter genérico e não é apenas para população de baixa renda. Precisa ser melhor estudada. Um programa de regularização fundiária, seguido de melhorias urbanísticas em áreas de baixa renda, resolve grande parte do problema habitacional em Florianópolis”.

Notícias do Dia

Moacir Pereira

“APUFSC”

Apufsc / Associação dos Professores da UFSC / Proifes-Federação / Andes

APUFSC

A Associação dos Professores da UFSC (Apufsc) está convocando nova assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a filiação da entidade ao Proifes-Federação. Vai acontecer terça-feira (19), às 14h, com votação eletrônica em duas etapas. Para que a filiação seja aprovada serão necessários votos de 25% dos filiados. Na última assembleia, os professores rejeitaram proposta de filiação à Andes.

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (16.07 – 22.07.2022)

Capa e Cotidiano

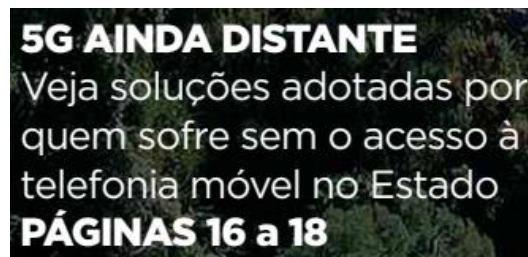
“Catarinenses driblam dificuldades da falta de sinal de telefonia”

Catarinenses driblam dificuldades da falta de sinal de telefonia / Internet 5G /

Ciro André Pitz / Professor / Curso de Engenharia de Controle e Automação /

Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

Capa AN Revista e Santa Revista



Capa DC Revista



CATARINENSES DRIBLAM DIFICULDADES DA FALTA DE SINAL DE TELEFONIA

Com 5G em operação no Brasil e prestes a chegar a SC, Estado ainda tem 21 cidades com mais da metade dos moradores sem acesso a qualquer rede de telefonia celular



Escaneie o código e assista um vídeo que explica como vai funcionar o 5G



JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

A internet móvel de quinta geração, conhecida pela sigla 5G, começou a funcionar no país na última semana e tem prazo para chegar a Florianópolis e outras capitais em 29 de setembro. A novidade é aguardada por prometer avanços relevantes no dia a dia dos usuários, com velocidade 10 vezes maior, conexão com novos dispositivos, eletrodomésticos e até carros autônomos previstos para um futuro não tão distante. Mas para uma parcela da população, essas inovações ainda devem seguir no imaginário.

Enquanto o 5G surge nas capitais, muitas regiões ainda não têm cobertura do 4G ou de qualquer rede móvel que permita pelo menos fazer ligações. Em Santa Catarina, 34 cidades têm menos de 50% dos moradores atendidos pela internet 4G. Em 21 delas, menos da metade da população têm acesso a alguma rede móvel, como 2G ou 3G. Os dados são do painel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A situação afeta moradores de municípios como Angelina, na Grande Florianópolis. A cidade tem a terceira pior cobertura de 4G e a segunda pior entre todas as redes móveis de comunicação do Estado. São apenas 26% dos habitantes com acesso às tecnologias. A segunda menor cobertura de 4G fica em Santa Terezinha, no Alto Vale do Itajaí. Bela Vista do Toldo, no Planalto Norte, é quem tem os menores percentuais do Estado na cobertura entre os moradores, com apenas 21% de pessoas conectadas ao 4G e 25,8% a alguma rede móvel.

Em Angelina, a internet por fibra óptica instalada há poucos anos é o que salva a comunicação nos bairros. A cidade tem 4,6 mil moradores, mas o sinal de celular só chega à região do Centro. Nos bairros e distritos do interior, nem 4G, nem rede para ligações.

A situação causa dificuldades para a população. Maria Eleonor Hames, a Lola, 57 anos, é telefonista do posto de saúde do bairro Garcia, que fica a 13 quilômetros da área central, percorridos por uma estrada de barro às margens de uma represa.

Os contatos com os pacientes são feitos por ligações via WhatsApp, usando a internet Wi-Fi do local e dos moradores. Se cai a luz por causa de algum temporal, a internet vai embora.

Lola perdeu a mãe há dois meses, mas quando ajudava a cuidar da idosa, que vivia acamada, o telefone fazia falta também na hora de chamar um suporte de saúde.

- Aconteceu várias vezes de ficarmos sem saber o que fazer, como vamos chamar a ambulância (do Samu) - relembra.

DIFICULDADES NO DIA A DIA DE TRABALHO

Viviane Madalena Felipe é agente de saúde na mesma unidade em que Lola atua e sente a dificuldade causada pela falta de sinal de celular de outras formas. No período de aulas remotas por causa da Covid, a filha precisava ir à casa da madrinha para fazer atividades pela internet que exigiam uma conexão melhor. Uma conexão móvel poderia ajudá-la na rotina de trabalho com visitas às famílias.

- Se tivesse sinal em todos os lugares, poderíamos ter um tablet e ir preenchendo. Assim, tem que preencher tudo no papel, para depois passar para o computador - conta Viviane.

Gustavo Weber também é morador do bairro Garcia e aponta que o sinal de telefonia e internet móvel na região ajudaria a comunidade. Ele trabalha com instalação de rastreador de carros. Sem cobertura na região, ele precisa ir até a praça no centro da cidade para verificar se o equipamento está funcionando, já que o monitoramento dos veículos é feito por um chip. Com o preço da gasolina, às vezes nem compensa a viagem.



1 Maria Eleonor Hames é telefonista do posto de saúde do bairro Garcia, que fica a 13 quilômetros da área central de Angelina, e faz contato com os pacientes por ligações via WhatsApp, usando a internet Wi-Fi do local e dos moradores

2 Gustavo Weber trabalha com instalação de rastreador de carros e precisa ir até o centro da cidade para verificar se o equipamento está funcionando



IMAGEM: GUSTAVO SOUZA

AMPLIAÇÃO DO 4G É EXIGÊNCIA AOS VENCEDORES DO 5G

A necessidade de sinal de telefonia e internet móvel é uma reivindicação constante nos bairros de Angelina. Alguns moradores criticam a instalação de uma nova antena de celular anos atrás, na região do Centro, que já tinha cobertura de uma operadora, enquanto os bairros do interior seguiram descobertos. Eles chegam a sugerir um morro onde poderia ser instalada uma antena para atender algumas localidades.

A ampliação do sinal 4G para localidades rurais e também para rodovias é uma das exigências de contrapartida para as empresas que venceram o leilão do 5G no Brasil. A situação pode reduzir os desertos de sinais em bairros do interior.

Segundo o painel da Anatel, todas as cidades catarinenses têm cobertura de 4G. Em 85 cidades o alcance fica acima de 90% dos moradores. Na média do Estado, esse percentual de 90% também é o atendimento médio entre os moradores. No entanto, cidades de menor porte ou com bairros distantes sofrem com a falta da internet móvel e até sinal de telefonia.

O professor do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ciro André Pitz, explica que o principal motivo que faz com que regiões mais remotas ainda não tenham acesso a redes móveis é o fator financeiro.

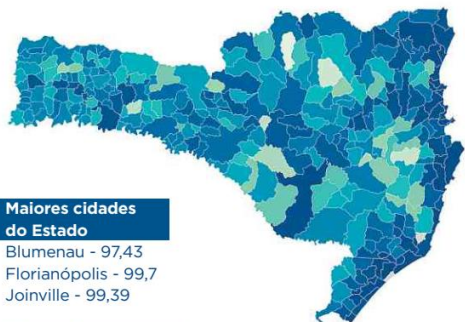
– O custo de instalação vai ser muito alto, tem que pensar na manutenção, que em regiões afastadas acaba tendo um gasto maior. Para retirar o investimento, levaria muito tempo. Se não tem uma lei, nada que obrigue a instalação nesses locais, é uma questão apenas financeira – avalia o especialista.

Para as regiões que estão incluídas no edital do 5G como exigência de contrapartida para receberem o 4G, o professor confirma que a chegada da nova tecnologia é uma esperança de aumento na cobertura.

– Nesse caso, ainda que a instalação não valha a pena financeiramente, poder operar na banda do 5G vai valer, então economicamente o investimento vai estar incluso no custo do 5G – complementa Pitz.

MAPA DE COBERTURA

Veja cobertura de redes móveis em Santa Catarina



Maiores cidades do Estado

Blumenau - 97,43
Florianópolis - 99,7
Joinville - 99,39

Piores coberturas

Angelina - 26,3
Santa Terezinha - 24,85
Bela Vista do Toldo - 21,8

O QUE DIZEM AS OPERADORAS

A reportagem tentou contato com as três operadoras que vão oferecer 5G no país – Claro, Tim e Vivo – e com a Unifiq, que integra o consórcio que arrematou faixas de 5G com atuação em SC.

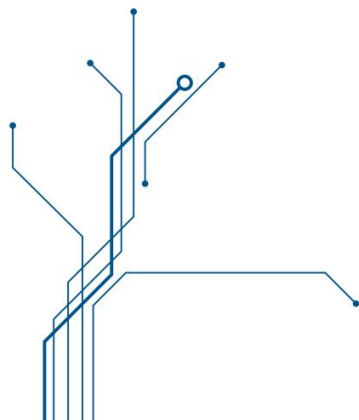
A Unifiq informou que a implantação de um sistema, seja de 3G, 4G ou 5G, envolve volume expressivo de investimentos e despesas em cada torre de distribuição e que “algumas regiões com densidade demográfica menor dificultam em maior grau a viabilidade dos investimentos”.

A empresa afirma que o leilão do 5G vai favorecer a população de cidades de até 30 mil habitantes, que integram as obrigações para instalação do 5G por parte das empresas vencedoras. A empresa sugere o uso de um fundo de universalização de serviços de telecomunicações (Fust) para a ampliação do acesso à internet móvel nas regiões de menor viabilidade.

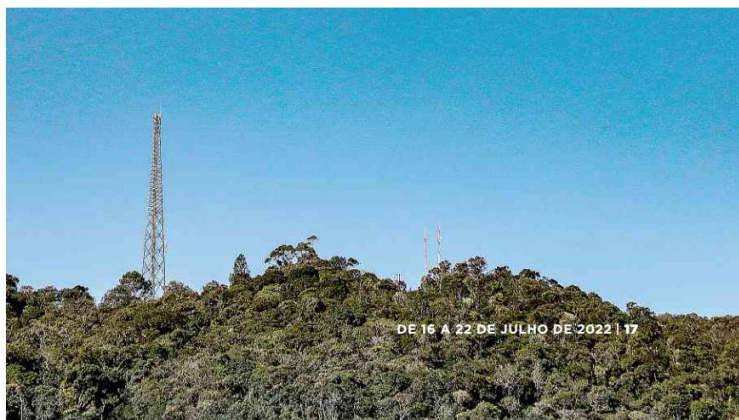
A Tim respondeu que o baixo número de moradores atendidos em determinadas cidades pode ocorrer em municípios pequenos e com poucos habitantes em área urbana. No caso de Angelina, a operadora argumenta que apenas 903 habitantes dos 4,7 mil habitantes moram no distrito sede – 20% da população, segundo a operadora, número aproximado do informado no último Censo do IBGE.

A empresa afirma que os critérios para a escolha de áreas que receberão aumento de cobertura são “técnicos e econômicos” e que as estações “precisam ser economicamente viáveis”. A operadora que responde por 45% do mercado de telefonia móvel em SC, afirma ter plano de atender 88 novos distritos rurais com tecnologia 4G no período entre 2023 e 2028.

Claro e Vivo não responderam até o fechamento da edição. >> SEGUIE >>



Instalação de antena em morro que cerca o bairro Garcia é reivindicação de moradores





AS SOLUÇÕES DE QUEM NÃO TEM 4G EM SC

Fibra óptica, internet via rádio e telefone rural são opções utilizadas pelos catarinenses que têm dificuldades de acesso à web móvel para se comunicar

JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

A internet 5G chega ao Brasil cerca de expectativas de transformar o cotidiano com velocidade ultrarrápida e a possibilidade de integração de diversos dispositivos. O otimismo se justifica pela experiência do 4G, que deu os primeiros passos no Brasil em 2013. A tecnologia elevou de patamar a qualidade de conexão móvel dos brasileiros e permitiu inovações como as ferramentas de delivery e o transporte por aplicativo.

Santa Catarina tem 90% dos moradores atendidos por redes móveis e 4G, mas ainda não há acesso às tecnologias que permitiram essas mudanças de hábitos de consumo em bairros do interior de cidades como Angelina, na Grande Florianópolis. A cidade tem o terceiro menor alcance de 4G no Estado, com apenas 26% dos habitantes com conexão.

Sem sinal de celular, os moradores do bairro Garcia dão o próprio jeito para conseguirem se comunicar e incluir a tecnologia na rotina. O telefone fixo até chega ao bairro, mas segundo moradores está constantemente sem sinal devido a algum rompimento na fiação.

A principal forma de comunicação é a internet por fibra óptica. O cabeamento instalado na cidade há alguns anos supriu uma carência das localidades e permitiu aos moradores o acesso a uma conexão mais estável. É ela, em geral, que garante as ligações pelo WhatsApp ou o uso de redes sociais como o Facebook.

Ainda assim, quando há queda de conexão ou mesmo de energia, os moradores voltam a ficar sem contato. Outro problema é que o serviço exige o pagamento de uma mensalidade, o que dificulta o acesso para famílias carentes. A aposentada Maria Eliane da Silva, 60 anos, diz que essa é a única forma de conseguir ter uma forma de usar o celular e se comunicar com os conhecidos.

– Para a gente que é pobre, é meio puxado, mas é o meio que a gente tem para fazer contato com a família – diz Maria Eliane.

A casa de Maria Eliane também tem outros dois meios de comunicação que já



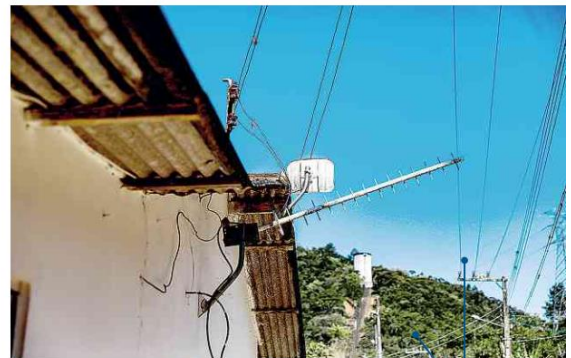
A aposentada Maria Eliane da Silva, 60 anos, diz que a fibra óptica é a única forma de conseguir ter uma forma de usar o celular e se comunicar com os conhecidos

foram predominantes no bairro Garcia, mas que estão em desuso nos últimos anos. Uma delas é a internet via rádio. As antenas ainda podem ser vistas em frente às casas em algumas localidades, mas a conexão já não atrai tantas pessoas.

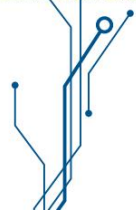
Outra solução é o telefone rural com antena externa. O aparelho que fica em casa é como um aparelho fixo, mas ele permite uma espécie de “roteamento” de internet para utilizar outros dispositivos. Para isso, no entanto, é preciso comprar um pacote, como o de dados móveis nos planos de celular.

Na casa de Maria Eliane, o aparelho já não é mais a principal forma de comunicação.

– Hoje ele toca uma vez no ano, dá um susto na gente – brinca a moradora.



Antenas da internet via rádio são comuns em frente às residências no bairro Garcia, em Angelina



DC Revista, AN Revista e Santa Revista (16.07 – 22.07.2022)

Cultura & Comportamento

“Literatura infantil e juvenil com Eliane Debus”

Literatura infantil e juvenil com Eliane Debus / Secretaria de Cultura e Arte /
Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL COM **ELIANE DEBUS**

Pesquisadora, professora e escritora é referência na área, com livros teóricos, além de publicações ficcionais, como participação em coletâneas literárias e quatro obras para o leitor mirim

GISELE KAKUTA MONTEIRO

A pesquisadora, professora e escritora Eliane Debus é uma referência em literatura infantil e juvenil. Tem um vasto trabalho dedicado a esta área: escreve resenhas e livros, organiza e participa de eventos, promove intercâmbio, integra grupos e instituições representativas no Brasil e exterior, orienta TCC, dissertações e teses universitárias relacionados ao tema. Neste mês, assumiu a Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde leciona.

Como reconhecimento, conquistou prêmios e selos de “altamente recomendável” nos livros dela. Em junho último, foi a homenageada da 4ª edição da Festa Literária Internacional do Xingu (Flix) que reuniu escritores e pesquisadores em Altamira (PA).

Natural de Santa Rosa do Sul, quando o município fazia parte de Sombrio, passou a infância na Grande Porto Alegre, retornando na adolescência ao meio rural. Os pais frequentaram o Ensino Fundamental até os anos iniciais apenas, mas educaram as três filhas valorizando os estudos. A família passou por uma fase difícil financeiramente e ela, adolescente, trabalhou como empregada doméstica para pagar o curso de Magistério. Tornou-se professora e começou a participar de concursos literários e a conquistar prêmios, entre eles, a competição estadual promovida por um jornal com o tema “Em 86 (1986), vai ser melhor?”.

Ao ingressar na faculdade de Letras, intensificou sua presença em concursos de literatura e passou a ter suas poesias, crônicas e contos publicados em jornais. Seguiu como pesquisadora da literatura para a infância e voltou-se à escrita teórica, com ampla produção de livros e resenhas. Fez pós-doutorado na Universidade do Minho, em Portugal.

Entre os diversos livros, quatro são direcionados para o leitor mirim. Em “Triolé, triolé poemas de Cruz e Sousa vamos ler” (2021), selecionou 20 poemas de um dos principais representantes do simbolismo no Brasil que têm em comum a estrutura



1 Livro “Antonieta”, para o público mirim, retrata a primeira deputada mulher no país

2 Eliane, ao lado do amigo e escritor moçambicano Pedro Pereira Lopes, na 4ª Festa Literária Internacional do Xingu, ocorrido em junho último, em Altamira (PA)

3 Pesquisadora, escritora e professora Eliane Debus assume a Secretaria de Cultura e Arte da UFSC

de estrofes e versos chamada de triolé, com a ludicidade similar ao trava-línguas; o livro foi contemplado no Edital Elisabete Anderle da Fundação Catarinense de Cultura, em 2020. A obra também tem a proposta que crianças e adolescentes reconheçam a participação e contribuição dos negros na cultura catarinense e brasileira.

Antonieta de Barros, negra, primeira deputada mulher no país, é retratada no livro “Antonieta”. Publicado em 2019, a edição nasceu numa conversa com estudantes da rede pública de Florianópolis que desconheciam quem foi a pessoa e a

importância para a história do país, relacionando o nome apenas ao túnel.

Nas manifestações, Eliane Debus demonstra seu engajamento sociocultural. Para valorizar a cultura local e a preservação da memória, fundou juntamente com o professor Zeca Debus, seu companheiro, o Instituto Cultural Rua do Fogo. Localizado numa casa antiga que pertencia a familiares em Santa Rosa do Sul, o espaço, sem fins lucrativos, oferece biblioteca comunitária, museu do trabalhador no campo, áreas para manifestações culturais e formação docente.



Acesse outros conteúdos em nscotal.com.br

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

16/07/2022

[7 das 10 melhores universidades da América Latina são brasileiras](#)

[Anywhere office traz desafios, mas é a principal via para a felicidade da equipe e o crescimento no mercado](#)

[Como ficaria o mapa da Europa com a entrada de Finlândia e Suécia na Otan](#)

[Comunidades de ilhas no PR recebem projetos que aliam renda à despoluição do mar](#)

[Governo Bolsonaro pede investigação de médicos que realizaram aborto legal em criança estuprada](#)

[Inscrições abertas para mestrado e doutorado da UFSC](#)

[Ministro Jorge Mussi assume a presidência do STJ até 31 de julho](#)

[Pense duas vezes se você quer ser uma pantera negra: sua "negritude" não é necessariamente uma coisa boa](#)

[Projeto de indígenas planta araucárias em Santa Catarina](#)

[Sete entre as 10 melhores universidades da América Latina são brasileiras](#)

[Telescópio James Webb inaugura uma nova era para a astronomia; entenda o que muda](#)

17/07/2022

[Araucárias ressurgem em SC](#)

[CEO da Payface fala sobre aceleração, próximos passos da empresa e o que esperar da sua palestra no Startup Summit](#)

[Concursos públicos oferecem 36,2 mil vagas com salários de até R\\$ 33,7 mil](#)

[Dia do tatuador: Mercado está em expansão](#)

[Ministro Jorge Mussi assume a presidência do STJ até 31 de julho](#)

[Plano Diretor: professor contesta comparação entre Florianópolis e Singapura](#)